



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata nº 22/2015

## ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **dezassete** dias do mês de **novembro** do ano **dois mil e quinze**, pelas **vinte horas e vinte e quatro minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **17ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PONTO 1** – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016..-----

**PONTO 2** - PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS EM 2015 A LIQUIDAR EM 2016..-----

**PONTO 3** – PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A LIQUIDAR EM 2016.-----

**PONTO 4** – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA EM 2015 A APLICAR EM 2016.-----

**PONTO 5** – SIMAR - PRESTAÇÃO DE CONTAS À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2015..-----

**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Edgar Valles**, pelo membro **João António**;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo membro **Luís Gameiro**;-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pelo membro **Patrícia Barreira**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo membro **José Rodrigues**;-

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **36** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do membro Joaquim Campos. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins**, e os **Senhores Vereadores** que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores: **José Esteves, Mónica Vilarinho, Edgar Valles** pela bancada do **PS**, e **Carlos Bodião, Ana Isabel Gomes**, pela bancada do **PSD**. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi colocada à apreciação do Plenário o pedido de renúncia de mandato do Membro da Assembleia Municipal **Pedro Afonso Caetano**, tendo o mesmo sido aceite. -----

Pela **Assembleia Municipal** foi apresentado um **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Eduarda Frederica Correia de Barros”** que seguidamente se transcreve:-----

*“Eduarda Frederica Correia de Barros, professora e autarca, nascida em Lisboa a 3 de julho de 1953, residiu e trabalhou durante décadas no Concelho de Odivelas. Quer enquanto educadora, quer enquanto protagonista destacada da vida cívica e política do município foi uma figura querida e respeitada. -----*

*Licenciada em filosofia, uma das suas grandes paixões, foi ao longo de vários anos docente do ensino superior na Universidade Lusófona e acima de tudo marcou, enquanto professora desta disciplina no ensino secundário, várias gerações de alunos da escola pública em Odivelas, incluindo no ensino noturno, onde fez questão de lecionar. -----*

*Além da sua militância partidária conhecida, tendo neste plano integrado órgãos concelhios e distritais, Eduarda Barros desempenhou desde os primeiros anos do município de Odivelas cargos políticos e autárquicos de grande relevo. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Foi eleita no primeiro quadriénio da assembleia municipal de Odivelas, entre 2001 e 2005, órgão a que regressaria a partir de 2009, tendo sido reeleita em 2013 e assumindo nessa data a liderança de bancada do PS. Completou recentemente dez anos de mandato na Assembleia Municipal, em mandatos intercalados, fazendo dela uma das deputadas municipais com mais tempo de exercício do cargo no concelho. -----

Terá sido uma das mais brilhantes oradoras na história deste órgão municipal, cruzando a perspicácia e a capacidade retórica com o sentido de humor, tantas vezes pontuado pela ironia, e a cultura geral de que deu provas em repetidas ocasiões. Nunca deixou de acompanhar a vida da Assembleia, nem da bancada que liderou com mestria, nem mesmo nos períodos em que a saúde se deteriorou e deixou de lhe permitir a presença física que desejou, até ao limite das forças, manter.-----

Ao nível executivo, Eduarda Barros foi presidente da extinta empresa municipal OdivelGest e Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas de 2007 a 2009, com pelouros como os assuntos sociais e o desporto. Nos últimos anos, desempenhou o cargo de Conselheira Municipal para a Igualdade, uma das causas por que sempre se bateu, tendo sido impulsionadora do Prémio Beatriz Ângelo, atribuído desde 2010 pelo município de Odivelas. -----

Não é decerto por acaso que Eduarda Barros foi uma professora que deixou saudades a muitos dos seus antigos alunos e uma pessoa que deixou lastro por onde passou. Expressa-se com a franqueza, a lealdade a educação e o respeito mútuo dos quais fazia questão de não abdicar. A preparação académica, a eclética cultura geral, a profunda solidariedade para com os outros e um sentido de humor vincado e distintivo, traços singulares reconhecidos por pessoas de todos os quadrantes e que a conheceram em diferentes circunstâncias, marcaram não apenas a sua personalidade e o percurso pessoal que teve, mas também o seu desempenho profissional e político. -----

Aliás, não é também por acaso que conseguiu o respeito dos pares, aliados ou adversários, na Assembleia Municipal e em geral na atividade política e cívica. Sem abdicar do espírito combativo, da discussão e do contraditório que é inerente aos debates políticos, fez sempre questão de nas suas intervenções não ultrapassar as fronteiras da ética na argumentação e do respeito pelos oponentes. Eduarda Barros sobrepunha à sua controvérsia a simpatia, a elevação na atuação pública e o respeito pelo próximo que devem marcar a presença num espaço público plural. -----

Estas qualidades, raras, perdurarão como um dos traços distintivos de uma personalidade que será lembrada com saudade nas diferentes esferas em que construiu o seu percurso.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 17ª Sessão Extraordinária, manifesta com a aprovação deste Voto o seu profundo pesar pelo desaparecimento de um dos seus membros mais insígnies, Eduarda Barros, e endereça à família enlutada sentidos pêsames. “ -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação o documento supra mencionado tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

Foram apresentadas **declarações de voto em nome individual** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís salmonete, José Pignatelli, António Ramos, Armindo Fernandes, Isabel Coelho, Alcina Trindade**, Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Nuno Gaudêncio, Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Cabrita**, que seguidamente se transcrevem:-----

**Luís Salmonete** – -----

*“Quero deixar em nome pessoal e da Bancada do PSD o nosso sentido pesar pela morte de Eduarda Barros que é dirigido especialmente para a família mas também para a família socialista. -----*

*Para lá do grau de intimidade que se tenha com determinadas pessoas que nos deixam, Eduarda Barros era uma referência nesta Assembleia Municipal. -----*

*A sua capacidade intelectual e o seu sentido de humor eram os fatores mais determinantes da sua personalidade, pelo menos a parte mais visível. -----*

*Quando uma pessoa como Eduarda Barros nos deixa, fica um vazio difícil de preencher e sendo uma perda irreparável para os familiares é também uma perda para a Assembleia Municipal de Odivelas.”-----*

**José Pignatelli** – -----

*“Conheci Eduarda Barros há muitos anos. Então, tratavam-na por Frederica, no bairro de Lisboa onde também terá crescido. Reencontrei-a em Odivelas e com ela convivi mais nos últimos sete anos. Sempre a tratei por professora. Achei o título mais simpático. Tinha uma relação directa com a Eduarda Barros. Também talvez por sobrepor a simpatia, elegância no trato ao seu lado mais controverso, sobretudo na análise política. -----*

*Mas dela, recordo uma frase que me sussurrou há algum tempo que me deixou a pensar e é plena de oportunidade, passo a citar: “A vida é cor-de-rosa, mas nem sempre o é...” . -----*

**António Ramos** – -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*"Falar de Eduarda Barros neste momento não é fácil para mim, como acredito não será fácil para muitos de nós. -----*

*Estes últimos tempos, para alguns de nós que a acompanhámos mais de perto foram tempos muito dolorosos. -----*

*Muito do que aqui poderia dizer de Eduarda Barros está no transcrito no voto de pesar que acabámos de aprovar. -----*

*Fica e em nome da bancada do PS nesta Assembleia, a nossa homenagem, de forma simbólica mas muito sentida: o lugar que era dela por direito próprio encontra-se vazio. -----*

*Até sempre Eduarda Barros." -----*

**Armindo Fernandes – -----**

*"Lamento esta triste ocorrência e considero ter sido uma perda importante, nomeadamente, para esta Assembleia Municipal. -----*

*Pese embora as diferenças de opinião e as acesas discussões travadas neste órgão, sobre determinados pontos de vista, nunca passaram para além disso mesmo. A Dr.<sup>a</sup> Eduarda Barros tinha a capacidade de ultrapassar essas situações com a maior das facilidades, separando as questões políticas das questões pessoais. -----*

*Era uma cidadã simples, com elevado sentido de cidadania, revelada no seu conceito de igualdade." -----*

**Isabel Coelho - -----**

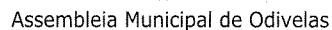
*"Queria partilhar convosco a forma como conheci a Dr.<sup>a</sup> Eduarda Barros. -----*

*Foi há muitos anos atrás, ela enquanto docente e eu aluna e funcionária da Universidade Lusófona, onde ela chegou a ser também directora do curso de Psicologia. -----*

*Destaco a forma respeitosa, correcta e cordeal como lidava com todos sem excepção: alunos, funcionários e docentes. -----*

*Na altura, mal sabia eu que anos mais tarde a viria a reencontrar neste órgão municipal como coordenadora da bancada, papel que tão bem desempenhava, entre muitos outros e salientar a forma como tão bem nos orientava e o tanto que nos ensinava. -----*

*Onde quer que esteja, que descanse em paz. Obrigada" -----*



9





Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
**Miguel Cabrita** - -----

-----  
"Vim aqui deixar este breve testemunho apenas porque embora tenha tido a tristeza mas também a honra de colaborar com a mesa na redação do Voto de Pesar e também com as forças políticas que enviaram contributos, há algumas notas pessoais que naturalmente não estão no Voto de Pesar, e que gostaria de partilhar convosco neste momento. -----

Embora conhecesse muito bem e há muito tempo a Eduarda por razões políticas e partidárias, na verdade o contato mais frequente que tive com ela e onde pude conhecê-la melhor foi enquanto deputado municipal, durante o mandato passado. Fomos ambos eleitos, e eu tive a responsabilidade e a honra de liderar a bancada do Partido Socialista. Quero dizer que, quer nesse mandato, quer no mandato atual, mas especialmente nesse mandato, colaborámos e trabalhámos com muita proximidade. Por isso, quero deixar aqui o testemunho de uma pessoa de uma humildade extraordinária, e nem sempre parecia na sua intervenção pública. Uma pessoa que, com o curriculum que tinha, e com o percurso que tinha, foi de uma ajuda extraordinária para quem como eu estava a chegar à Assembleia Municipal e tinha pouca experiência. Tive a responsabilidade que me foi confiada, a de liderar a bancada, e quero aqui testemunhar que ela foi em todos os momentos de uma solidariedade incrível, de uma disciplina, de uma capacidade de coordenação. Ajudou-nos e ajudou-me em muitos momentos. Queria deixar esse testemunho, porque via a Eduarda a ser muitas vezes solidária, não só comigo, não só com a bancada, mas também, independentemente da bancada, vi-a ser até ao fim solidária com pessoas que não foram sempre com ela. E fê-lo sempre com uma elevação enorme, com um sentido de humor que já foi aqui registado. Acho que é uma característica fabulosa de manter, em todos os momentos, mesmo até em momentos tão difíceis que vivemos e que ela viveu também." -----

-----  
**João Curvêlo** pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção. -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para se pronunciar, tendo referido o seguinte.-----

-----  
"O **Sr. Presidente** em nome pessoal, e em nome da **Câmara Municipal de Odivelas**, associou-se ao voto de pesar, felicitando quem redigiu o texto que reflete tudo aquilo que foi a **Eduarda Barros**, com as seguintes palavras, "penso que todos aqueles que tiveram a oportunidade de intervir, descreveram com grande minúcia as suas características, as suas qualidades ímpares. A **Eduarda** era uma pessoa que por



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*onde passava não deixava ninguém indiferente. Partilho apenas convosco, 2 registos, tive uma dupla infelicidade, há 8 anos atrás eu era professor de matemática na Escola Secundária Pedro Alexandrino, com o ex-marido da Eduarda que faleceu também, tive agora esta infelicidade, este infortúnio, aqui nesta qualidade, de falecer também a Eduarda. A vida foi um pouco madrastra nestes últimos anos para a Eduarda e eu acho que ela teve tanta bondade que às vezes nos faz refletir um pouco sobre o sentido da vida, injustiça da vida. Queria dizer-vos que a Eduarda representa muito aquilo como devemos levar a vida, ela brincava muitas vezes com coisas sérias e nunca era pessoa de assumir posições extremas, fossem elas de que cariz fosse.” -----*

*Terminou dizendo que “o que podemos dizer da Eduarda é que fica uma saudade muito grande, uma saudade muito profunda, na pessoa, na mulher, e naquela figura impar, que não era capaz de deixar alguém indiferente, por isso à Eduarda Barros, em nome também do Partido Socialista, um grande, grande obrigado por tudo o que nos deu na vida terrena.” -----*

-----  
-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi proposto um minuto de silêncio.-----  
-----  
-----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO PÚBLICO**.-----  
-----  
-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições.--  
-----  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----  
-----  
-----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016.**-----  
-----  
-----

Presente para deliberação, a “PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016”, de acordo com o proposto na informação nº Interno/2015/10585, de 2015-10-20, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.-----  
-----  
-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto, que seguidamente se transcreve: -----

*"Dada a palavra ao Sr. Presidente, informou que a Câmara Municipal de Odivelas deliberou fixar a taxa de IMI, a aplicar no ano de 2015, aos prédios urbanos em 0,375%, tratando-se de prédios degradados a esta taxa será aplicada uma majoração de 30%. Nos casos do IMI familiar, existirá uma redução de 15% para agregados familiares com 2 dependentes, e de 20% para agregados familiares com 3 ou mais dependentes a cargo."* -----

No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** --

**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*"As autarquias são um dos principais exemplos daquilo que é a democracia levada à prática e isso mesmo, temos oportunidade de ver e constatar onde quer que nos desloquemos por todo o país.-----*

*A consolidação das infraestruturas que se tem verificado ao longo dos anos na maioria dos municípios, tem permitido um alívio da carga fiscal naquilo que está ao alcance e é da responsabilidade dos municípios.-----*

*E os municípios que estão neste momento em melhor situação financeira e tenham vontade política têm a possibilidade de aliviar a carga fiscal dos seus municípios. -----*

*Relativamente ao IMI verifica-se que, quase metade dos municípios em Portugal (cerca de 148) já aprovaram e aplicam agora a taxa mínima de IMI ou seja, os 0,3%.-----*

*É verdade que a taxa de IMI em Odivelas é uma das mais baixas na Área Metropolitana de Lisboa, mas ainda longe das taxas aplicadas na alguns municípios como Lisboa e Vila Franca, o que nos leva a concluir que não é uma questão ideológica ou concertada mas sim dependente de quem gere o município, e quem gere é que sabe se tem ou não possibilidade de proceder a um alívio da taxa.-----*

*Também no que diz respeito à percentagem de IRS a cobrar pelos municípios, já presentámos por diversas vezes a sugestão de Odivelas poder prescindir de uma percentagem do IRS a favor dos seus municípios a exemplo do que acontece em Lisboa e Amadora, assim que haja possibilidade para tal.-----*

*Aliás a Dr. Susana Amador reconheceu pelo menos em duas assembleias municipais disse que, provavelmente, essa seria uma forma mais justa de aliviar a pressão fiscal dos municípios. -----*

*Exemplificando, Amadora devolveu cerca de 1 milhão e setecentos mil euros aos municípios e Lisboa muitos milhões porque prescinde de metade do valor em IRS a que tem direito.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

Mas, estando nós a falar de IMI é com satisfação que verificamos que as sugestões que fizemos no sentido de ser aplicado o chamado IMI familiar foram acolhidas, não na totalidade, mas pelo menos parcialmente e isso é de saudar, até porque contraria o que a bancada do PS na assembleia municipal pensava há poucas semanas quando rejeitou uma moção que na altura foi apresentada. -----  
Costuma dizer-se – Mais vale tarde que nunca.” -----

-----  
**José Pignatelli** pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida numa proposta de recomendação. -----

-----  
**Patrícia Barreira** pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

-----  
**Lúcia Lemos** pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para questionar o Executivo Municipal sobre quantos imóveis estão isentos de IMI. -----

-----  
**Tânia Beleza** pela bancada do **PS**, proferiu a intervenção que seguidamente se transcreve. -----

-----  
“No que se refere ao ponto 1 – A proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitantes a 2015 a liquidar em 2016, Traz-nos a conhecer:-----

- Que este imposto, entre os demais hoje em discussão, constitui uma forte e crucial fonte de receitas do município;-----

- Ainda assim, e não obstante as adversidades e constrangimentos trazidos pelos cortes do OE, este executivo, decidiu manter a fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos em 0,375% (uma das mais baixas taxas da área metropolitana de Lisboa); -----

-----  
- No que concerne ao IMI familiar, a CMO, depois de analisar a recomendação do governo PSD CDS, relembrando que a recomendação era: -----

1 dependente a cargo — redução até 10% -----

2 dependentes a cargo — redução até 15% -----

3 ou mais dependentes a cargo — redução até 20% -----

-----  
Por conseguinte, este executivo, propõe aplicar uma medida mais próxima, mais justa, mais equitativa, daquela que se pretende ser uma medida de apoio às famílias, propõe então uma redução de 15 % para



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*as famílias com 2 dependentes a cargo( ou seja, taxa máxima), e uma redução de 20% para famílias com 2 ou mais dependentes a cargo ( ou seja, novamente taxa máxima). Para as famílias sem dependentes ou com apenas um dependente a cargo, garante-se a manutenção da taxa de acordo com o ano anterior.*-----

*Relembro ainda que para a reposição da taxa de rejuvenescimento, será necessário que cada casal tenha pelo menos 2 filhos.*-----

*Esta é mais uma proposta que vai ao encontro do apoio às famílias, a par de outras como a tarifa social e familiar aplicada pelos SIMAR, a atribuição dos manuais escolares, o assegurar das 3 refeições diárias, a continuidade de projectos educativos como o SEI, entre outros.*-----

*Portanto, o nosso voto será naturalmente, favorável.”*-----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira.**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para questionar o Executivo sobre número de famílias com dois ou mais filhos. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prestou os esclarecimentos que teve por convenientes referentes à **Proposta de Recomendação** apresentada pelo Deputado Municipal José Pignatelli, que seguidamente se transcrevem:-----

-----  
*“A Mesa naturalmente não vai obstacularizar este documento, embora o PAOD seja por excelência o espaço das discussões, moções, recomendações e outras matérias, não há nada no Regimento que impeça que recomendações diretamente relativas aos pontos que estão em discussão possam ser apresentadas pelas forças políticas. É entendimento da Mesa, pelo menos da leitura que faço do documento, que embora o objeto da recomendação tenha uma relação com a questão da receita relativa à taxa do IMI, é na verdade uma outra questão, que tem a ver com a aplicação de parte disso para um outro fim. Ainda assim, e embora entenda que num PAOD há mais lugar e mais tempo para ser discutido devidamente pelas bancadas, até pela distribuição de tempos que existe para estas matérias, a Mesa não vai obstacularizar a admissão do documento, que está relacionado, embora não diretamente relacionado com a temática que estamos aqui a deliberar. No entanto, vamos votar a admissão do documento e cada bancada procederá como entender.”*-----

-----  
Pelo Deputado Municipal, **José Pignatelli**, foi apresentada numa **Proposta de Recomendação “Do Ponto 1 – Aplicação da receita relativa aos 10% de redução do valor Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao Ano de 2015 a liquidar em 2016, que não será realizada às famílias**



Assembleia Municipal de Odivelas

com um só 1 filho”, que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“A Câmara Municipal de Odivelas decidiu reduzir a Taxa de IMI Imposto Municipal sobre Imóveis em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, até um máximo de 15% para as famílias com 2 filhos, e de 20% para as famílias com 3 filhos, deixando de fora as famílias com um único filho que podiam ver o referido imposto reduzido em 10%. -----

-----  
Trata-se de uma opção política do Executivo camarário já que nada obriga os municípios a aplicarem esta redução do Imposto Municipal sobre Imóveis. Importa referir que foi na sequência da introdução do quociente familiar no IRS, que foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI, sobre os valores fixados em cada ano, a saber: até 10% para as famílias com 1 filho; até 15% para as famílias com 2 filhos, e até 20% para as famílias com 3 filhos. -----

-----  
Com esta medida o município deixa de encaixar receitas no valor de 220.611,41 euros, enquanto deixaria de receber mais 167.589,93 euros, caso estendesse a medida às famílias com um filho. -----

-----  
Nesse sentido e atendendo às crescentes dificuldades das famílias que se encontram no “limiar do risco de pobreza”, ou seja com um rendimento anual igual ou inferior aos €4.937 euros per capita, a Assembleia Municipal de Odivelas recomenda à Câmara Municipal que aprove: -----

- 
- A distribuição de manuais escolares aos alunos do 2º ciclo do ensino que vivam em agregados familiares que se encontrem nas condições definidas por “Limiar de Risco de Pobreza”, de acordo com os parâmetros estabelecidos, ou seja que recebam um valor igual ou inferior 4.937,00 euros/ano/per capita, o indicador normativo que pode ser consultado no Instituto Nacional de Estatística e ou em PRODATA, a Base de Dados de Portugal Contemporâneo, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2) e/ou em <http://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>, -
- 

-----  
Esta será uma medida complementar a uma prática já habitual da Câmara Municipal de Odivelas relativamente a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico - sejam eles de famílias ricas, endinheiradas, remediadas ou pobres – que recebem os manuais escolares gratuitamente. A medida que agora se recomenda não deverá esgotar a verba em questão e terá o mérito de se dirigir aos alunos de famílias realmente carenciadas.” -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

*[Handwritten signatures and initials]*

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a admissão do documento supra mencionado tendo sido **Admitido**.

No âmbito da presente Proposta de Recomendação usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

**João Curvêlo** pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para apresentar uma proposta de alteração à Recomendação apresentada pelo deputado José Pignatelli.

**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, proferiu um pedido de esclarecimento ao deputado José Pignatelli sobre a proposta de Recomendação apresentada.

**José Pignatelli** pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção para esclarecer que a proposta de Recomendação apresentada está indiretamente relacionada com o IMI e sua cobrança.

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os seguintes esclarecimentos, que seguidamente se transcrevem:

*“Em resposta à questão colocada ao executivo, o Sr. Presidente esclareceu que o Estado quando faz isenções aos fundos imobiliários ou de qualquer outra natureza, não consulta nem informa a Câmara dessa intenção, essa é uma prerrogativa do Estado. Assim sendo, a Câmara não tem acesso a essa informação apesar de se tratar de receitas da mesma.”*

Pelas 21h20m, foram interrompidos os trabalhos

Pelas 21h45m, os trabalhos foram retomados.

No âmbito da presente Proposta de Recomendação usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para esclarecer que a bancada do PSD irá votar contra a Proposta de Recomendação.



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

**António Ramos** pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para referir que, em vez de se falar na taxa de IMI que se pratica nesta Câmara, está-se a falar do IMI Familiar. Referiu ainda que, a proposta que o Executivo apresentou foi a que foi possível e devidamente ponderada. -----

**Lúcia Lemos** pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para sugerir que a Proposta de Recomendação fosse retirada e apresentada aquando da discussão do Orçamento.-----

**José Pignatelli** pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção para retirar a Proposta de Recomendação apresentada, após a intervenção da deputada Lúcia Lemos da CDU, que foi no sentido de a levar a debate em outra sessão em período antes da ordem do dia. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi informado que foi **retirada a Proposta de Recomendação** supra mencionada. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o **Ponto 1** à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria** com os **votos a favor das bancadas do PS, PSD e CDS/PP** com os **votos contra** da bancada da **CDU** e com a **abstenção** da bancada do **BE**. -----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, Patrícia Barreira, José Pignatelli, Carlos Lopes e Luís Salmonete** pelas bancadas da **CDU, BE, CDS/PP, PS e PSD** respetivamente, que seguidamente se transcrevem.-----

**Lúcia Lemos** - -----

*“Na medida em que compete aos municípios definir as taxas do IMI a aplicar em cada ano, a CMO já aprovou as taxas respeitantes ao ano de 2015 e a liquidar em 2016.-----*

*As taxas que hoje nos são apresentadas e que, como sempre, o PS e o PSD já aprovaram na reunião de Câmara e certamente também irão aprovar nesta Assembleia têm apenas como novidade o chamado IMI familiar. -----*

*Se bem se lembram, desde sempre a CDU propôs uma redução do valor destas taxas, mas de forma geral. A essas propostas foi sempre respondido que essa redução implicaria uma quebra de receitas que*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature and initials]*

poria em causa a sustentabilidade financeira do município. É sempre dito que a CDU é irresponsável nas propostas que faz e que as mesmas são pura demagogia, resultante do facto de estar na oposição.-----

Pois bem, importa como é que a CMO e a maioria que a governa, justificam que, numa conjuntura em que a maioria dos portugueses e, por isso, também os odivelenses, vêm o seu rendimento disponível reduzido, não haja um posição política de verdadeiro auxílio às famílias.-----

Pelos documentos que esta Assembleia vai tendo acesso, as receitas de IMI são por excelência a fonte de receita do município. Esta realidade é o fruto das sucessivas alterações ao quadro legal das finanças locais que colocaram os municípios na dependência do imobiliário. No entanto, esta situação não justifica que a CMO continue a usar este imposto para arrecadar receita penalizando os seus munícipes. Na execução orçamental deste ano, até final de agosto, a recita de IMI já representa mais 7,6% do que o ano passado.-----

Uma vez mais a opção da CMO no que se refere às taxas de IMI merece a reprovação da bancada da CDU. Todos sabemos que a CMO necessita de receitas. Mas todos sabemos também que a taxa de IMI, conjugada com as restantes taxas, tarifas e outras receitas municipais, como a já famosa taxa municipal de passagem, contribuem para o agravamento das condições de vida dos munícipes de Odivelas.-----

Os dados demonstram que a CMO recebeu todos os anos sempre mais do que aquilo que prevê a título de IMI. Esta circunstância é reveladora de que poderia reduzir as taxas, pois o valor com que conta chegaria para as despesas que prevê.-----

Neste quadro, a CMO só vê como possível reduzir a carga do IMI a cerca de 4600 famílias, deixando de fora todas as restantes famílias do Concelho. -----

Não é esta a via para se aumenta a natalidade. Este argumento apresentado pelo governo e aceite por este executivo é mesmo de uma hipocrisia inaceitável. Um governo que precarizou as relações laborais, que levou à situação de desemprego milhares de portugueses, que fez cortes no abono de família, que não paga a tempo e horas o subsídio parental serve-se do IMI familiar para aliciar os portugueses a terem filhos. É uma atitude, no mínimo, vergonhosa.-----

Sistematicamente há uma previsão errada nos orçamentos, no que se refere ao IMI. Os Munícipes pagam sempre mais do que o valor que a CMO estima receber. Se não é feito por erro, é feito de propósito. O valor a mais não está já afeto a despesas específicas. É o balão de oxigénio para outras despesas. É essa a intenção. Pois discordamos. Se a CMO não afeta esse valor é porque o pode dispensar e bem poderia deixá-lo nos orçamentos das famílias. -----

Continuamos a pugnar pela redução das taxas do IMI para valores inferiores aos que são hoje propostos, mas para todos os munícipes. Consideramos que há margem orçamental para isso. -----

Razões, mais do que suficientes, para a CDU votar contra. -----

-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

**Patrícia Barreira –** -----

*“Verificamos nesta proposta de fixação das taxas de IMI, a par da manutenção dos níveis do ano passado, a redução pontual do IMI para as famílias com 2 e 3 filhos, nas percentagens correspondentes, excluindo-se a possibilidade que a Lei permite da redução também nas famílias que têm apenas 1 dependente. -----*

*Esta é uma medida conservadora, que em si entende a constituição de família como um valor atemporal e como um princípio de natureza humana permanente, não considerando por isso a diversidade de opções de vida. Por isso é um confinamento a uma ideia de estímulo à procriação por discriminação positiva que não tem correspondente na realidade. -----*

*O contexto sociopolítico adverso que os casais hoje enfrentam é um motivo importante para a quebra de natalidade. Mas é na criação de condições de qualidade de vida dos existentes, não desconsiderando quem, ou por opção ou porque a situação económica não o permite, optam por ter apenas um filho, que deve ser o principal foco das opções de política social deste executivo. Exemplo disso é a implementação mais eficaz de uma rede de creches pública acessível a famílias com baixos rendimentos.-----*

*Dados oficiais contido no orçamento apresentado indicam que em 2014 houve relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis um excesso de cerca de 1,2% na receita relativa ao previsto e que o total da receita se traduziu num aumento de 5,6% em relação ao ano anterior. Consideramos que haveria por parte da autarquia uma larga margem para ser mais ambiciosa na redução do imposto em causa tornado mais eficazes as referidas “medidas que aliviem as condições difíceis” mencionadas no documento apresentado. -----*

*Contudo, votamos A FAVOR das taxas de 0,375% aprovadas pela Câmara e a majoração de 30% nos edifícios degradados entendendo a necessidade de reavaliação cuidada dos prédios urbanos. Insistimos para que o executivo proceda ao levantamento dos edifícios devolutos há mais de um ano ou em estado de degradação que represente um perigo para a segurança de pessoas e bens. Após este levantamento, os proprietários devem ser intimados a realizar obras, sob pena de agravamento fiscal, devendo os que não têm posses ser apoiados. -----*

*As receitas do IMI devem reverter para medidas de incentivo à reconversão urbana para que sejam sinalizados os prédios urbanos degradados e devolutos. O crescimento incontido das áreas urbanas, o correspondente despovoamento dos centros urbanos e as políticas desastrosas de habitação dos últimos anos, motivam que nas nossas cidades exista hoje um número crescente de imóveis degradados e devolutos. Tal sucede também em Odivelas.-----*

*Trata-se de uma situação que, além de degradar o ambiente urbano, distorce profundamente o mercado de habitação, penalizando as condições de habitação de muitas famílias que são forçadas a fixar-se*





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*longe dos centros urbanos e efectuar diariamente longas deslocações. Além disso, é também uma situação que potencia alguns riscos, como o de incêndio, do ponto de vista da protecção civil. A Bancada do BE na Assembleia Municipal gostava de saber o que é que foi feito, neste ano no que diz respeito à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município? Quais os resultados concretos da atuação do município e quais as expectativas para 2016, nesse domínio?" -----*

**José Pignatelli -** -----

*"Independentemente de ter votado favoravelmente não posso deixar de esclarecer parte do histórico desta proposta da Câmara Municipal.-----*

*Durante a 14ª sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 7 de Outubro de 2015, propuz a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, até um máximo de 10% para as famílias com 1 filho, de 15% para as famílias com 2 filhos, e de 20% para as famílias com 3 filhos.-----*

*Então a minha proposta foi chumbada pelo Partido Socialista, alegando a necessidade de uma avaliação mais detalhada da situação financeira do município, ainda que minutos depois tenha acontecido o insólito: o líder da bancada socialista alvitrou uma melhoria significativa no desempenho da gestão financeira da autarquia, referindo à diminuição do endividamento e à redução dos prazos de pagamento aos fornecedores. -----*

*Mais extraordinário é que bastaram três semanas – a 29 de Outubro - para o Executivo camarário se decidir pela aplicação de uma espécie de meia proposta que chumbou: a liderança socialista fez aprovar uma proposta idêntica, onde suprimem o benefício para as famílias com um único filho. -----*

*Com esta medida o município deixa de encaixar 220.611 euros, enquanto deixaria de receber mais 167.589 euros caso estendesse a medida às famílias com um filho, ou seja um total de 388.201 euros.---  
Percebemos: o Partido Socialista só vota favoravelmente quando propõe. -----*

*Tal os senhores de outros tempos; tal o PS em Odivelas: ou és dos nossos, ou estás contra nós. Só as nossas propostas são as melhores e nem sequer existe espaço ao diálogo. Só nós podemos centrar as atenções. Só nós temos as melhores ideias. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Compreendemos que alguns militantes do PS – felizmente não todos – têm de estar contra as boas iniciativas do governo da coligação PSD-CDS -----

Naturalmente que votámos favoravelmente esta proposta, pois justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente (coincidente com o domicílio fiscal do proprietário) por que como já disse anteriormente. -----

- a. A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e consequente rejuvenescimento da população do nosso concelho, cada vez mais envelhecida. E jamais nos devemos preocupar com o facto de que nasçam crianças de famílias abastadas ou carenciadas, pois chegamos a uma situação que todos são poucos para contribuir para a inversão da pirâmide etária; -----
- b. As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;-----
- c. A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida.” -----

Carlos Lopes - -----

“O ponto deliberado e aprovado nesta Assembleia Municipal, sobre taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano 2015 a liquidar em 2016, demonstra que o Executivo Municipal mantém o caminho da sustentabilidade orçamental sem onerar os munícipes de Odivelas. -----

É essencial referir que a taxa de IMI aplicada pelo Município de Odivelas aos prédios urbanos (0,375%) continua a ser das mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que se cifra numa média de 0,395%.-----

Outra medida do Executivo liderado pelo Presidente Hugo Martins que colhe apoio da Bancada do Partido Socialista é a proposta de redução da taxa do IMI Familiar.-----

Apesar de esta medida ter sido “imposta” pelo o XIX Governo Constitucional com o objectivo de fazer política social e de natalidade com receitas dos municípios, o Executivo Municipal, mesmo perdendo receita, demonstra ser sensível á situação económica das famílias que residem no Município de Odivelas e que têm dois ou mais dependentes a seu cargo.-----

Relevamos também, o facto de o nosso Concelho nos últimos anos ter um rácio de receitas por munícipe deste imposto abaixo da média metropolitana.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*Este facto contraria a oposição de Esquerda que exige que a taxa de IMI seja mais reduzida e assim libertar os munícipes de Odivelas deste peso financeiro.*-----

*Estranhamente, a mesma oposição, nos municípios onde governa, os prédios urbanos são taxados acima dos 4,0 % e em Setúbal no limite máximo - 5,0%!* -----

*Também, os rácios de receita de IMI estão na maior parte desses concelhos acima da média da AML que se cifra em 168,32€ por munícipe e onde os rendimentos das famílias estão abaixo da média da nossa região metropolitana!*-----

*Estranhas contradições!*-----

*Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal,*-----

*Pelos motivos apresentados, a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odivelas votou favoravelmente a fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2015 a Liquidar em 2016.*-----

**Luís salmonete** - -----

*“Temos noção que esta medida por si só não resolve o problema, mas ajuda se for complementada com outras medidas que podem e devem ser tomadas pelos governos e pelas autarquias.*-----

*No que diz respeito a Odivelas existem outras medidas de apoio às famílias com filhos, nomeadamente a entrega dos manuais escolares e o apoio às instituições ao contrário de outros municípios que rejeitam toda e qualquer iniciativa que venha do governo. Preconceitos!*-----

## **PONTO 2 - PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS EM 2015 A LIQUIDAR EM 2016.**-----

Presente para deliberação, o “PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS EM 2015 A LIQUIDAR EM 2016”, de acordo com a informação nº 2015/10587, de 2015-10-20, aprovada na 21ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-11-04, remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto, que seguidamente se transcreve: -----

*“Relativamente ao ponto 2, o Sr. Presidente informou que a proposta que se pretende aprovar, e que já foi deliberada em reunião de câmara, visa a participação do Município de Odivelas no IRS a liquidar em 2016, em 5%, à semelhança dos anos transatos.”* -----

No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal**: -

**Domingos Tomé**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para referir que a CMO tem direito a prescindir de uma parte do IMI. Fez referência ao exemplo do Município da Amadora. -----

**Lúcia Lemos** pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para questionar o Executivo sobre a quantia que irá arrecadar com o IRS. -----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para prestar os seguintes esclarecimentos.-----

*“Sobre a questão colocada, o Sr. Presidente disse que a respetiva resposta será dada aquando a discussão do orçamento.”* -----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor** das bancadas do **PS, PSD, CDU e BE** e com a **abstenção** da bancada do **CDS/PP**. -----

Foi apresentada **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, Domingos Tomé pela bancada do **PS**, que será transcrita em ata. -----

**Domingos Tomé** – -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*“De acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios podem arrecadar uma participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no seu território, referindo-se este valor aos rendimentos do ano anterior.”*-----

*As verbas orçamentadas a receber pela CMO, na ordem dos 7,2 milhões de euros, apresentam os mesmos valores orçamentados para o corrente ano de 2015, verbas um pouco acima das recebidas no ano anterior, a situarem-se na casa dos 5,7 milhões de euros.*-----

*Estas são verbas importantes e fundamentais para que os investimentos e os apoios possam continuar a ser uma realidade em áreas tão fundamentais como são as áreas sociais, a educação, o ambiente, o espaço público.*-----

*Assim entendemos como natural a decisão de manter a participação de 5% no IRS de 2013, de modo a garantir as receitas necessárias para que os investimentos nas diversas áreas da atividade municipal possam continuar.*-----

*Neste sentido, a bancada do Partido Socialista manifesta total apoio à presente proposta que irá votar favoravelmente.”*-----

### **PONTO 3 – PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A LIQUIDAR EM 2016.**-----

Presente para deliberação, a “PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A LIQUIDAR EM 2016”, de acordo com o proposto na informação nº Interno/2015/10588, de 2015-10-20, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto. -----

*“À semelhança dos anos transatos, o Sr. Presidente informou que a Câmara aprovou que a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2016 seja fixada em 0,25%.”*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

-----  
No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** --

-----  
**Fernando Painho** pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para apresentar uma proposta de Recomendação que será convertida em declaração de voto -----

-----  
**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para referir que o que se está a discutir são os direitos de passagem. -----

-----  
**António Ramos** pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

-----  
Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira.**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para fazer uma chamada de atenção sobre o que se está a discutir. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prestou os esclarecimentos que teve por convenientes, informando da retirada da Proposta de Recomendação apresentada. -----

-----  
**Lúcia Lemos** pela bancada da **CDU**, apresentou um pedido de esclarecimento sobre a questão de se retirarem, ou não, as Propostas de Recomendação.-----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prestou os esclarecimentos que teve por convenientes.-----

-----  
**O Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os **votos a favor** das bancadas do **PS e PSD** com os **votos contra** CDU, CDS/PP e BE .-----

-----  
Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Fernando Painho e António Ramos** pelas bancadas da **CDU e PS** respetivamente, que seguidamente se transcrevem.-----

-----  
**Fernando Painho** - -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

*"Em 2013 estivemos a analisar nesta mesma AM a problemática das taxas com incidência sobre os consumidores finais, com especial referência para a TMDP e TOS.-----*

*De então para cá o enquadramento dessa problemática não sofreu qualquer alteração. -----*

*Na análise que então fizemos, vinculámos o carácter injusto, diríamos mesmo perverso da repercussão destas taxas sobre os consumidores finais.-----*

*Relembremos que as referidas taxas foram criadas a partir de reivindicações da ANM e para serem pagas pelos operadores de serviços, nomeadamente aqueles que atuam em meios aéreos ou utilizam o subsolo no domínio público municipal. -----*

*Refira-se em resumo o quadro legal que vem regulamentar toda esta problemática. -----*

*1.º - Lei 5/2004 – Lei das Com. Elect. Que regulava a TMDP.-----*

*2.º - A Lei 51/2011 – Vem introduzir alterações à Lei anterior. -----*

*3.º - A Lei 53/E/2006 – Enquadra a TOS e nos seus termos cabe às As. Municipais a fixação dessas taxas. -----*

*4.º - A decisão N.º 98/2008 de 8 de abril do Conselho de Ministros, que permite aos operadores a repercussão da taxa sobre os consumidores finais.-----*

*5.º - De acordo com a Diretiva N.º 19/2013 cabe à ERSE a fixação do montante a ser pago pelos operadores e logo tendo em conta a decisão N.º 98/2008, a ser repercutido pelos consumidores finais.---*

*Estes cinco pontos que destacámos mostram como as alterações legislativas que permitem a cobrança das taxas aos consumidores finais consubstanciam sem sobra de qualquer dúvida, uma inaceitável cedência dos poderes públicos face aos grandes grupos económicos.-----*

*Mas importa reter igualmente, que essa alteração consubstancia, independentemente de qual seja o quadro político em que ocorra, uma injusta penalização dos consumidos finais. -----*

*Entende-se que num quadro de enorme pressão financeira sobre o Poder Local Democrático, contexto esse em que por diversas vezes se usou uma maioria política para evitar o debate, o confronto de ideias e consequentemente de soluções, os Municípios se sintam como que compelidos a aceitar esta espécie de jogo no qual, com capa da legalidade, se pretende vezes demais lançar o ónus e o odioso sobre o Poder Local e os seus eleitos.-----*

*Em 2013, foi clara a posição desta AM ao aprovar por unanimidade uma recomendação que solicitava aos Grupos Parlamentares as concernentes alterações legislativas que permitissem por fim a tão flagrante injustiça. -----*

*Considerámos então, e seguramente continuamos a considerar agora que não é possível, em consciência, aceitar esta situação. -----*

*Considerámos que a situação cabal só se encontraria no quadro de uma alteração legislativa que desejamos a actual A.R. promova com a devida urgência.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

É esse o sentido da recomendação que entregaremos à Mesa desta AM e na votação da qual esperamos ser acompanhados por todos os eleitos.-----

Importa reter, não obstante, alguns valores referentes a este assunto.-----

De acordo com dados fornecidos pelo Ex. Municipal o montante cobrado aos consumidores finais no que o TMDP diz respeito, situa-se numa média anual de 55.000 €. -----

Mas de acordo igualmente com os dados fornecidos pelo Ex. Municipal os valores relativos à TOS são:-

2009 – 147.960 € -----

2010 – 350.462 € -----

2011 – 363.777 € -----

2012 – 367.251 € -----

2013 – 400.000 € -----

1.629.430 € - TOS-----

+ 275.000 € - TMDP -----

= 1.904.430 € -----

Se admitirmos que a tendência se mantém então em 2014 teremos: -----

TMDP – 5 500 -----

TOS - 4 000 -----

4 550 € -----

Em seis anos acumularam-se cerca de 2.360.000 €, não é como calculo um valor de somenos . Somam-se assim 2,3 milhões de euros retirados abusivamente aos consumidores finais e às actividades económicas sediadas no Concelho de Odivelas. -----

Importa ainda reter que segundo o próprio executivo Municipal não existe da parte deste um controle sobre os valores de faturação entregues pela Lisboa Gás (presume-se que o mesmo se passa em relação à TMDP). -----

Tudo isto nos conduz a dois pontos: -----

Primeiro: Coerentemente não votaremos favoravelmente a proposta de aplicação da TMDP. -----

Segundo: Apresentaremos a esta AM uma moção com igual sentido ao da que aqui apresentámos há dois anos. -----

Esta recomendação solicita uma vez mais aos deputados da AR a alteração da legislação que permite este verdadeiro abuso sobre os consumidores finais. -----

Finalmente uma palavra sobre o financiamento dos órgãos do poder local. Seguramente que ninguém mais nem melhor que ao autarcas têm consciência das atuais limitações. Contudo diríamos que o





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*assunto em análise se liga a questões de princípios e a vida parece ensinar-nos que sem eles a democracia corre sempre sérios riscos de se soçobrar ao oportunismo.* -----

**António Ramos** - -----

*“A Taxa Municipal de Direitos de Passagem, criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas, lei nº. 5/2014, e para incidir sobre a utilização do Subsolo Municipal por empresas prestadoras de serviços de comunicações eletrónicas, determina a aplicação de uma percentagem sobre o total da faturação mensal dessas mesmas empresas e a suportar pelos consumidores finais dos respetivos municípios.*-----

*Concorde-se ou não que a criação desta taxa seja suportada pelos consumidores finais, o legislador assim não o entendeu, assim tal decisão tem que ser respeitada, não tendo o legislador atendido as pretensões da ANMP.* -----

*Assim e considerando que a receita orçamentada para o ano de 2016, na ordem dos 65 mil euros, não sendo significativa para o Município, como também não o é para os munícipes, contribuirá para o necessário equilíbrio orçamental, mas também para manter os diversos programas de apoio, em especial na área social.*-----

*Nunca deveremos esquecer que para dar é necessário primeiro ter ou receber, por pouco que seja, e Odivelas dá muito, mas muito, nos seus programas de apoio.* -----

*Neste sentido, a bancada do Partido Socialista manifesta total apoio à presente proposta que irá votar favoravelmente.”* -----

#### **PONTO 4 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA EM 2015 A APLICAR EM 2016.**-----

*Presente para deliberação, a “PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA EM 2015 A APLICAR EM 2016”, de acordo com o proposto na informação nº Interno/2015/10586, de 2015-10-20, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto. -----

No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal**: --

**Afonso Simão** pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os **votos a favor** das bancadas do **PS, PSD e CDU** e com a **abstenção** das bancadas do **CDS/PP** e **BE**.-----

Foi apresentada **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Afonso Simão, Armindo Fernandes e Patrícia Barreira** pelas bancadas do **PS, CDU e BE** respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

**Afonso Simão** - -----

*“Com o objectivo de promover e incentivar a fixação de empresas no Concelho de Odivelas, bem como a criação de novos postos de trabalho, desde 2010 que a Câmara Municipal vem proporcionando a isenção desta taxa a empresas que instalem a sua sede social no Concelho, bem como a empresas que comprovem manter ou criar novos postos de trabalho. -----*

*Sendo uma pequena ajuda às tesourarias das empresas, é acima de tudo um convite ao investimento no Concelho, investimento tão necessário e determinante para o reforço da atividade económica e empresarial no Concelho, de modo a que esse investimento possa originar a criação de mais riqueza com a consequente criação de novos postos de trabalho. -----*

*E o Concelho de Odivelas enquanto concelho empreendedor, tem vindo a ganhar novas empresas, empresas dinâmicas, com capacidade económica e geradoras de valor e emprego.-----*

*A proposta agora em análise, de Lançamento da Derrama de 2015 e a aplicar em 2016, mantém-se inalterável, isto é 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

*Neste sentido, a bancada do Partido Socialista manifesta total apoio à presente proposta que irá votar favoravelmente.* -----

**Armindo Fernandes** - -----

*"A CDU votou favoravelmente esta proposta, mas declara que se revê na Declaração de Voto dos seus vereadores, normalmente, no texto dos seus parágrafos 2.º e 3.º cujo texto se transcreve:-----  
... podendo e devendo ser a Derrama assumida, não só, como um meio de arrecadação de receita para o município, mas também um instrumento/fator importante no incentivo, e no apoio ao desenvolvimento e aos agentes económicos, na definição e incremento das atividades económicas que se privilegia para o território, bem como, até, na localização/repartição espacial dessas mesmas atividades.-----*

*Por essa razão, entendemos dever ser feita uma profunda e séria discussão em torno do regime da isenção de derrama, dos seus efeitos e consequências, bem como, da estratégia que neste domínio se preconiza para o concelho."* -----

**Patrícia Barreira** - -----

*"O Bloco de Esquerda encara a política fiscal como instrumento de redistribuição da riqueza, de promoção da justiça social e de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Por isso preocupamo-nos com a arrecadação da receita por parte do município mas, sobretudo, com os critérios da sua aplicação na despesa. Com estes pressupostos, em relação a esta Proposta de Lançamento da Derrama entendemos ser fundamental a existência de diferenciação das empresas por via do lucro auferido. -----  
Deste modo, seria mais justa a aplicação da taxa de 0%, isto é, a isenção da derrama para as empresas com um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros – as pequenas e microempresas. As restantes podem e devem pagar a derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. -----  
A justiça fiscal assenta no princípio da progressividade e da diferenciação, tratando de forma desigual o que é desigual. -----  
Com base nestes argumentos, ABSTEMO-NOS nesta proposta relativa ao ponto 4. -----*

Pelas **22h40** registou se a saída do membro da Assembleia Municipal **José Pignatelli** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

-----  
**PONTO 5 – SIMAR - PRESTAÇÃO DE CONTAS À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2015.**-----

-----  
Presente para deliberação, a “SIMAR - PRESTAÇÃO DE CONTAS À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2015”, de acordo com o proposto na informação nº Interno/2015/10964, de 2015-10-30, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.-----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do referido ponto. -----

-----  
No âmbito do presente ponto **usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** --

-----  
**Luís Salmonete** pela bancada do **PSD**, -----

**António Ramos** pela bancada do **PS**-----

-----  
O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

-----  
Foi apresentada uma **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Armindo Fernandes** da bancada da **CDU** que seguidamente se transcreve:-----

-----  
**Armindo Fernandes** – -----

-----  
*“A CDU votou favoravelmente este ponto, como não podia deixar de ser, mas quer chamar a atenção para a necessidade de corrigir, futuramente, as questões que o Revisor Oficial de Contas levanta no seu Relatório.”*-----  
-----  
-----  
-----



Assembleia Municipal de Odívelas

Nada mais havendo a tratar, o **Sr Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 22h 55m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.ª Secretária e pelo Senhor Presidente.

O Senhor Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2ª Secretária: \_\_\_\_\_